



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 637997 - RJ (2020/0350063-7)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
IMPETRANTE : CYNTHIA FURTADO FERREIRA DA COSTA
IMPETRANTE : FERNANDO SANTOS DE MOURA
IMPETRANTE : ESTÊVÃO SILVA
ADVOGADO : ESTEVÃO SILVA - RJ072371
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : L DE S
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de L. DE S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, diante da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento n. 0081295-59.2020.8.19.0000.

A decisão de primeiro grau, confirmada de forma monocrática pela do TJRJ, acolheu parecer ministerial e determinou a busca e apreensão da menor, ora paciente, com seu imediato encaminhamento à Fundação Beatriz Gama, por entender que o casal adotante assumiu a guarda fática da menor sem observar a regra existente de adoção.

Sustentam os impetrantes constrangimento ilegal ocorrido diante da decisão de segundo grau que não observou o melhor interesse da criança, "pois a paciente, com 02 (dois) meses de nascida, retirada, abruptamente, do lar familiar em que se encontrava, hoje, com 04 (quatro) meses de nascida, ainda está colocada em instituição pública denominada Fundação Beatriz Gama" (fl. 5).

Requerem o deferimento da liminar a fim de que a paciente seja retirada da casa de acolhimento e devolvida ao casal que pretende adotar a menor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes)" (AgRg no HC n. 423.705/RS, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 5/4/2018).

Verifico que não há na decisão de segundo grau teratologia capaz de afastar o pressuposto de conhecimento do presente *habeas corpus*, na medida em que comprovada "adoção à brasileira" (o que não é permitido pela legislação em vigor), bem como ausente um tempo maior de convivência que possa propiciar a consolidação do vínculo socioafetivo entre a menor e o casal em questão.

Trago trecho da decisão (fl. 89):

Ressalte-se que não se olvida a existência de decisões do STJ que autorizam a permanência de crianças e adolescentes com seus pretensos adotantes, ainda que o início do vínculo tenha decorrido da chamada 'adoção' à brasileira', com base no melhor interesse da criança e na excepcionalidade do acolhimento institucional. Ocorre que, para tanto, são essenciais provas da formação do vínculo socioafetivo, com tempo maior de convivência. Em análise superficial, tal requisito não foi demonstrado. É essencial a produção de provas para melhor análise da questão.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente